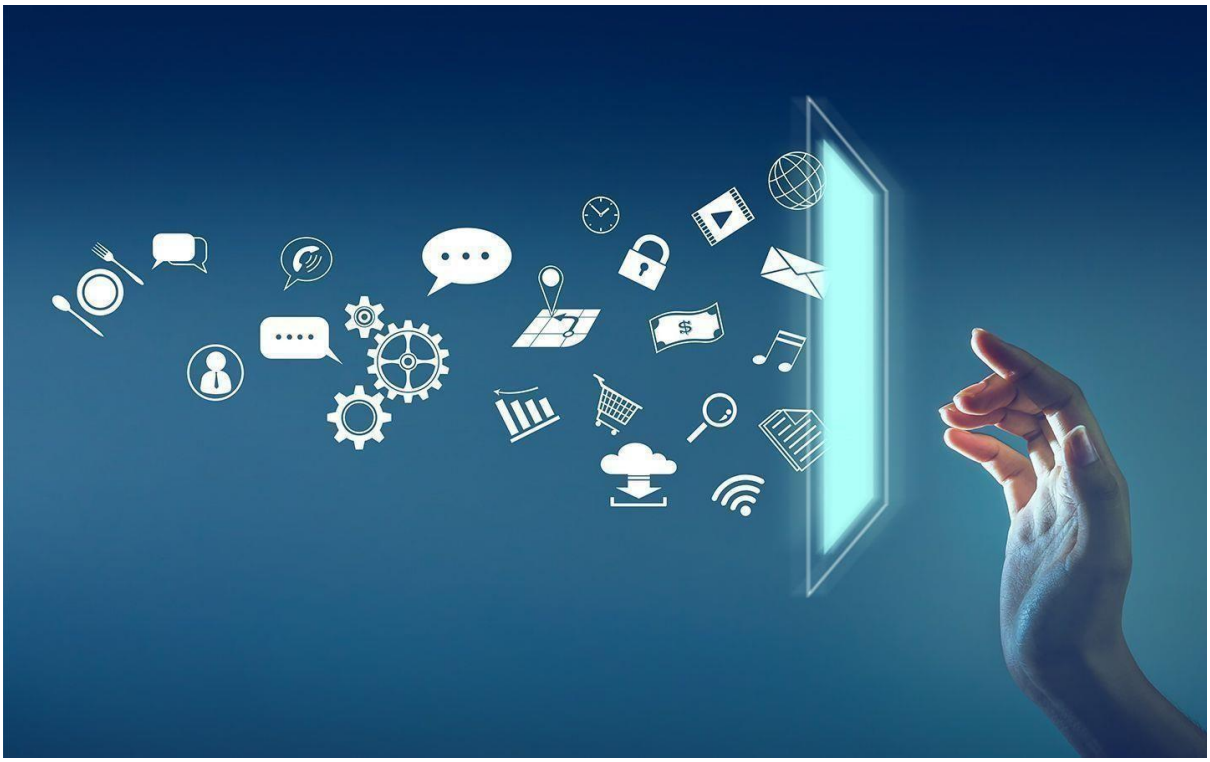
STJ SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PLANO DE TRANSFORMAÇÃO DIGITAL



Brasília, DF

Maio / 2025

© SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.

REALIZAÇÃO

Assessoria de Gestão Estratégica – AGE
Elaine Nóbrega Borges
STI - Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação
Humberto Fontoura Pradera

DISPONÍVEL EM

bdjur.stj.jus.br

CONTATO

planejamento@stj.jus.br
gestaoestrategica@stj.jus.br
Telefone: (61) 3319-8831
Endereço: SAFS - Quadra 06 - Lote 01 - Trecho III
CEP: 70095-900 - Brasília - DF

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

B823p

Brasil. Superior Tribunal de Justiça.
Plano de transformação digital [recurso eletrônico] / Superior Tribunal de Justiça, Assessoria de Gestão Estratégica. Brasília : Superior Tribunal de Justiça — STJ, 2023. Dados eletrônicos (1 arquivo : PDF 9 páginas).

Disponível em: bdjur.stj.jus.br

1. Tribunal superior, administração, inovação tecnológica, Brasil. 2. Gestão estratégica, Brasil. 3. Tecnologia digital. 4. Setor público, inovação tecnológico, Brasil. I. Título.

CDU 347.992:004(81)

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Rafaella Carine Monterei CRB 1/2537

COMPOSIÇÃO DO STJ

Antonio **Herman** de Vasconcellos e **Benjamin** - Presidente
Luis Felipe Salomão - Vice-Presidente e Corregedor-Geral da Justiça Federal
Francisco Cândido de Melo **Falcão** Neto
Fátima **Nancy Andrighi**
João Otávio de Noronha
Humberto Eustáquio Soares **Martins**
Maria Thereza Rocha **de Assis Moura**
Geraldo **Og** Nicéas Marques **Fernandes**
Mauro Luiz **Campbell Marques** - Corregedor Nacional de Justiça
Benedito Gonçalves - Diretor-Geral da ENFAM
Raul Araújo Filho - Diretor da Revista
Maria **Isabel** Diniz **Gallotti** Rodrigues
Antonio Carlos Ferreira
Ricardo Villas Bôas Cueva
Sebastião Alves dos **Reis Júnior**
Marco Aurélio Gastaldi **Buzzi**
Marco Aurélio Bellizze Oliveira
Sérgio Luíz **Kukina**
Paulo Dias de **Moura Ribeiro**
Regina Helena Costa
Rogerio Schietti Machado **Cruz**
Luiz Alberto **Gurgel de Faria**
Reynaldo Soares da Fonseca
Marcelo Navarro **Ribeiro Dantas**
Antonio Saldanha Palheiro
Joel Ilan Paciornik
Messod Azulay Neto
Paulo Sérgio Domingues
Teodoro Silva Santos
José **Afrânio Vilela**
Daniela Rodrigues **Teixeira**

Diretor-Geral: Sergio José Americo Pedreira

Secretário-Geral da Presidência: Carl Olav Smith

Secretário-Judicial da Presidência: Fernando Da Fonseca Gajardoni

Plano de Transformação Digital do STJ

CONTEXTUALIZAÇÃO

Em 2021, a Administração do Superior Tribunal de Justiça (STJ) analisou as diretrizes estabelecidas na Resolução CNJ nº 370/2021 – Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação – ENTIC-JUD 2021-2026 –, com o objetivo de definir uma estratégia interna para a elaboração de seu Plano de Transformação Digital (PTD), conforme o art. 15 da referida resolução.

O STJ, como Corte de jurisdição nacional, sempre se preocupou em utilizar canais digitais de comunicação para atender seus usuários de forma mais eficiente e com menor custo, considerando que sua base de usuários se espalha por todo o território brasileiro. A partir da pandemia de 2020, o uso desses canais foi significativamente intensificado.

A seguir, apresentam-se alguns exemplos de ações já implantadas:

- **Área judicial:**
  - Atos judiciais integrados ao sistema Push
  - DJe
  - Peticionamento eletrônico
  - Processo eletrônico
  - Integração eletrônica com tribunais
  - CPE; automação de procedimentos cartorários
  - Agrupamento de processos com uso de IA
  - Balcão Virtual

- **Área administrativa:**
  - E-Pro – licitações
  - Benner – Pró-Ser
  - SARH – consulta contracheque

Como instância superior para decidir divergência de entendimento dos tribunais em termos de lei federal, muitas vezes o STJ depende de informações trazidas pelas cortes de origem dos processos e não diretamente do jurisdicionado. Assim, iniciativas como o Juízo 100% Digital e os Núcleos de Justiça 4.0 encontram dificuldades de operacionalização nesse nível, embora os canais de comunicação na área processual sejam integralmente digitais.

A necessidade de se formalizar um Plano de Transformação Digital levou a Administração do STJ a realizar estudos e contatos com outros órgãos para estabelecer a melhor estratégia de atendimento dessa demanda. Foram consultados, dentre diversas fontes, o Governo Digital do Poder Executivo, o modelo de PTD sugerido pelo CNJ e os acórdãos do TCU sobre o tema.

Optou-se pela criação de iniciativa estratégica específica, conduzida por duas secretarias e acompanhada pela Diretoria-Geral (processo sei 012473/2021). O projeto foi formalizado em julho de 2021 (Portaria STJ/GDG n. 478 de 13 de julho de 2021), com a gestão conjunta da Assessoria de Gestão Estratégica – AGE (à época assim denominada) e da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação – STI. O projeto tinha término previsto para 18/8/2021 e previa a entrega do PTD a partir de consulta às diversas unidades do STJ.

INSUMOS

Foram utilizadas diversas fontes de referência para a elaboração do Plano de Transformação Digital (PTD) do STJ. As principais foram:

- A experiência do Governo Digital, disponível no site: https://www.gov.br/10passos/trilha-10-passos/.
- O modelo de Plano de Transformação Digital disponibilizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em março de 2021.
- As orientações constantes nos acórdãos do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre o tema, especialmente o Acórdão nº 3.145/2020, de relatoria do Ministro Aroldo Cedraz.

METODOLOGIA

1 Divulgação

Para conscientizar os gestores do tribunal e desmistificar o tema, foi realizada em setembro/2021 uma palestra virtual, com participação dos gestores, apresentando a evolução do conceito de transformação digital e o roteiro de trabalho inicial.

2 Levantamento interno de informações

Em breve reunião com algumas áreas do Tribunal, foi constatado que, mesmo em unidades com serviços totalmente digitais, ainda existiam alguns serviços parcialmente analógicos, exigindo a presença física do usuário ou o envio de documento por SEDEX.

Assim, foi elaborado um roteiro de trabalho prevendo que cada unidade do STJ preenchesse um formulário com a situação atual de seus serviços externos e internos. Foram realizadas reuniões com as unidades para maior sensibilização e orientação sobre o preenchimento do modelo fornecido.

O formulário foi elaborado (documento SEI/STJ n. 2794887) seguindo o modelo de questionário a ser respondido pelas unidades internas, aproveitando as questões sugeridas no Modelo de PTD proposto pelo CNJ, e com abordagem simples, focada no resultado desejado.

Foram consolidadas 43 respostas recebidas das unidades do STJ (documentos SEI/STJ ns. 2794849 e 2794858) Dentre as unidades consultadas foi apontada a necessidade de melhoria em alguns procedimentos administrativos, quais sejam:

- envio de documentos e ofícios;
- formulários de autorização de imagem;
- planilha de vistoria e de recolhimento de veículos;
- termos de compromisso em algumas áreas;
- guias de atendimento e documentações clínicas de pacientes;
- de cadastro de bens, uso de livros de protocolo para atestar recebimento de documentos.

3 Consulta Pública

Também foi elaborada uma consulta pública com a finalidade de verificar a demanda do usuário externo por novos serviços bem como a possibilidade de melhoria dos serviços existentes.

A pesquisa ficou disponível de 1º/4 a 15/5 e contou com 124 respostas. Dentre os resultados, cabe destaque:

- 85% dos respondentes acham que os serviços utilizados atendem à expectativa do usuário;
- 47% informaram que nenhum serviço demandado exige a presença física.

4 Consolidação

A hipótese inicial que conduziu o desenho da metodologia era de que um mesmo serviço poderia constar em uma única fonte de transformação ou várias ondas, a depender de sua complexidade e disponibilidade de equipe.

Entretanto, verificou-se que vários procedimentos que hoje são realizados em papel poderiam ser otimizados com o uso do malote digital, no que tange a documentos que tramitam institucionalmente, ou mesmo no sistema SEI, com a criação de formulários eletrônicos e liberação para assinatura externa. Desta forma, a transformação digital demanda iniciativas de divulgação e incentivo para o uso das ferramentas que já estão disponíveis.

Por outro lado, os resultados apresentados na consulta pública apontaram para a melhoria de alguns serviços que já estavam em processo de otimização no Tribunal, inclusive compondo iniciativas integrantes do Portfólio Estratégico do STJ.

Diante do exposto, optou-se por uma revisão da forma de transformação digital nesta Corte, substituindo a implementação por ondas, pela segmentação do portfólio estratégico, em relação às iniciativas já em andamento, as quais foram incluídas no escopo do PTD do STJ, conforme apresentado no anexo deste documento.

CRONOGRAMA DE CONSTRUÇÃO DO PLANO DE TRANSFORMAÇÃO DIGITAL DO STJ

Quadro 1 – Cronograma

Entrega	Responsável	Início	Término	%	Observações
1. Definição da estratégia para atendimento à resolução CNJ n. 370 (Art.15 – PTD).	Administração do STJ	01/03/2021	30/06/2021	100%	Conforme detalhado neste documento.
2. Criação do Projeto Estratégico Plano de Transformação Digital.	Administração do STJ	13/07/2021	13/07/2021	100%	Portaria STJ/GDG n. 478 de 13 de julho de 2021.
3. Elaboração de roteiro de trabalho.	Gestores do projeto	16/08/2021	02/09/2021	100%	Apresentação disponível no Portal da Transparência do STJ.
4. Sensibilização dos Gestores e apresentação do roteiro de trabalho - Palestra: "O que é a Transformação digital".	Gestores do projeto e CEFOR	03/09/2021	03/09/2021	100%	Processo SEI/STJ n. 021749/2021. Apresentação disponível na BDJur.

Entrega	Responsável	Início	Término	%	Observações
5. Elaboração e envio de formulário para levantamento da situação das unidades internas, com instruções de preenchimento.	Gestores do projeto e titulares de unidades envolvidas.	16/08/2021	22/09/2021	100%	Disponível no Portal da Transparência do STJ.
6. Realização de consulta pública para identificar melhorias e novos serviços.	Gestores do projeto	01/04/2022	15/05/2022	100%	Realizada entre os meses de abril e maio de 2022. Disponível no Portal do STJ.
7. Reuniões com as unidades para orientação sobre o preenchimento do formulário.	STI, AGE e titulares de unidades	27/09/2021	27/11/2021	100%	Cerca de 25 reuniões realizadas.
8. Recebimento e análise dos formulários preenchidos.	Gestores do projeto	29/11/2021	31/03/2022	100%	As ações sugeridas foram consolidadas em 3 grupos: Gabinetes, Administrativo e Processual, visando a eficiência administrativa e de trâmite processual. (Processo STJ n. 021749/2021)
9. Consolidação das respostas internas e externas (consulta pública)	STI, AGE	15/05/2022	30/06/2022	100%	A OAB-DF, especificamente, solicitou melhorias no e-Julg (serviço componente do programa Justiça Web), para que utilizasse o padrão do STF.
10. Análise das iniciativas de transformação digital constantes do Portfólio de Estratégico do STJ.	STI, AGE	01/09/2022	15/09/2022	100%	Identificadas no Painel BI potenciais demandas de transformação digital para compor o PTD.
11. Elaboração do PTD.	STI, AGE	16/09/2022	30/09/2022	100%	O PTD segue anexo a este documento.
12. Monitoramento do PTD	Responsáveis pelo projeto e titulares de unidades	04/10/2022	31/12/2026	67%	O monitoramento será realizado conforme a MGSTJ. Cada uma das iniciativas constantes do PTD possui seu próprio plano de riscos.

Fonte: Elaboração própria, atualizado em 15/05/2025

REFERÊNCIAS

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (Brasil). **Resolução nº 370 de 28 de janeiro de 2021**. Estabelece a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTICJUD). Brasília: CNJ, 22 jun. 2021. Disponível em: https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3706. Acesso em: 2 fev. 2022.

Apêndice

PLANO DE TRANSFORMAÇÃO DIGITAL DO STJ

Serviço/ Iniciativa Estratégica	Objetivo/Escopo	Classificação (§1º, art. 15, Res 370/CNJ)	Prazo	Responsável	Situação
Adoção de Inteligência Artificial – Copilot	Estudo, aquisição e implantação de 300 licenças fixas e 700 variáveis (que a cada trimestre podem ser ativadas ou desativadas) do Microsoft 365 Copilot, integrado com as soluções Microsoft de escritório. Projeto cadastrado no PDTIC 2025-2026 sob o código PDTIC2026.PJ24 (Instrução Normativa STJ/GDG N. 6 de 09 de abril de 2025).	I transformação digital de serviços;	dez/2025	STI	**Projeto em andamento**. Estudos técnicos preliminares concluídos. Termo de Referência em elaboração.
Implantação do GSC (Gestão de Serviços Corporativos)	Promover a integração de processos de trabalho na secretaria e a transformação digital no mapeamento/evolução de serviços e processos de trabalho na STI. Projeto cadastrado no PDTIC 2025-2026 sob o código PDTIC2026.PJ14 (Instrução Normativa STJ/GDG N. 6 de 09 de abril de 2025).	I transformação digital de serviços; II integração de canais digitais; III interoperabilidade de sistemas. IV estratégia de monitoramento.	ago/2026	STI	**Projeto em andamento.** O contrato 84/2024, que tem por objeto a implantação da ferramenta CITSmart, teve seu início em julho de 2024. O projeto possui diversas fases e entregas. Desde então, foram disponibilizadas em ambiente de produção a Gerência de Estratégia de TIC, Catálogo de Serviços e Portfólio de Serviços. Encontra-se em execução a Gerência de Ativos e Serviços e, em breve, serão iniciadas as gerências de Requisição, Gerência de Incidentes e Gerência de Nível de Serviço.
Programa Justiça Web *Processo STJ/SEI n. 13394/2020*	Modernização do SIAJ (Sistema Integrado das Atividades Judiciais) do STJ, com agrupamento de módulos e foco na automação dos processos de trabalho da área judicial, permitindo a integração entre os serviços e provendo novas interfaces de acesso compatíveis com os mais novos padrões tecnológicos de desenvolvimento de software para auxiliar a celeridade no julgamento de processos judiciais. Compõe-se dos seguintes projetos: Sistemas de Gabinete, Judiciária Web, Análise e Elaboração de Decisão, Julgamento eletrônico, Automação na Secretaria de Processamento de Feitos e ejuris.	I integração de canais digitais; II interoperabilidade de sistemas.	mai/24	STI	**Programa concluído com redução de escopo.** O programa alcançou seus objetivos de modernização do SIAJ, automação dos processos judiciais e integração entre serviços para acelerar o julgamento. Entretanto, alguns projetos do programa permanecem ativos e são gerenciados de forma independente. São eles: Judiciária Web, Julgamento Eletrônico e SPF Web.
Aprimoramento do Sistema de Informações de Custos (SIC – STJ) *Processo STJ/SEI n. 31683/2020*	Implementação e aplicação da metodologia de custos visando possibilitar melhor gestão e redução dos custos institucionais e dar insumos para decisões da Alta Administração.	I transformação digital de serviços; II integração de canais digitais; III interoperabilidade de sistemas.	dez/24	AGE	**Projeto concluído.** Foi entregue o Painel de Custos do STJ, uma ferramenta que apresenta, de forma agregada por secretarias e unidades equivalentes, as informações sobre a aplicação dos recursos do Tribunal, possibilitando à Administração identificar os valores destinados às atividades finalísticas (área fim) e às de apoio e governança (área meio). Esse sistema contribui para a transparência, atendendo à crescente demanda social por clareza nos gastos governamentais.
Modernização e Evolução do Sistema Administra *Processo STJ/SEI n. 28591/2020*	Transformação do atual Sistema Administra para a linguagem web com incremento de novas funcionalidades, de forma a ter em um só ambiente as informações operacionais e gerenciais da gestão orçamentária, de contratações, de contratos, de materiais e patrimônio, imóveis funcionais, diárias e passagens.	II integração de canais digitais; III interoperabilidade de sistemas.	N/A	SAD	**Projeto cancelado**. Será feito levantamento das necessidades e dos módulos prioritários para evolução do Sistema Administra em novo projeto.

Serviço/ Iniciativa Estratégica	Objetivo/Escopo	Classificação (§1º, art. 15, Res 370/CNJ)	Prazo	Responsável	Situação
Aprimoramento do Sistema de Gestão de Pessoas (ISGP) *Processo STJ/SEI n. 29429/2020*	Implantar nova solução informatizada que permita um gerenciamento de dados funcionais dos servidores e de magistrados de forma segura, com vistas à prestação de um serviço eficiente e de qualidade.	II integração de canais digitais; III interoperabilidade de sistemas.	N/A	STI/SGP	**Projeto Cancelado**. Não houve empresa interessada na licitação do sistema iSGP.

Fonte: Elaboração própria, atualizado em 15/05/2025